

# Estado e Povos Indígenas: uma análise da perspectiva estatal das políticas de educação indígena no Ceará

Avanço de Pesquisa em Curso

GT 28 - Interculturalidade: povos originários, afro e asiáticos na América Latina e no Caribe

Antônio José Morais de Lima<sup>1</sup> – Max Maranhão Piorsky Aires<sup>2</sup>

## Resumo:

O trabalho procura desenvolver o debate a respeito da introdução do discurso do multiculturalismo pelo “Governo das Mudanças”, inicialmente, nas políticas culturais do estado e como, a partir daí, o governo passou a pensar as políticas de educação voltadas aos povos indígenas no Ceará. Para tanto, reconstituiremos historicamente a entrada dos empresários na vida política do Estado, levando Tasso Jereissati a se eleger como governador do estado do Ceará em 1987. Trazendo os ideais de modernidade e desenvolvimento para as políticas do Estado, e como tais ideais moldaram as políticas culturais, re-produzindo os mitos da origem do povo cearense, introduzindo o multiculturalismo ao discurso político do Estado e como esses símbolos entraram no cálculo político do indigenismo local.

**Palavras Chave:** Governos das Mudanças; Multiculturalismo; Povos Indígenas

## 1. Introdução

No estado do Ceará, a Secretaria de Educação Básica (SEDUC) propôs o projeto de Descentralização da Administração e Gestão Participativa<sup>3</sup> que envolviam as escolas e o curso de formação de professores indígenas. Mas quando e como surgiram os primeiros indícios de uma política de educação indígena no governo do estado do Ceará a partir da adoção de um discurso Neoliberal?

Os documentos oficiais que estabeleceram os primeiros rumos de uma política para a educação indígena aparecem no Ceará em 1996, quando uma série de políticas específicas foram implementadas no âmbito da educação (AIRES, 2008) Mas, antes disso, em 1987, uma nova forma de administração pública estava sendo incorporada ao governo do Estado, com ideais de desenvolvimento e modernização. Entram em cena os empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), liderados por Tasso Jereissati, que buscavam uma nova forma de governabilidade através de uma negação do passado, os coronéis. Por conta disso recebeu nome de “Governo das Mudanças”.

Com a entrada em cena dos políticos-empresários do CIC, os discursos e ações governamentais no “Governo das Mudanças” foram moldados sob orientação empresarial de políticas de desenvolvimento socioeconômico, políticas na área da indústria e turismo local. Estes ideais de modernidade influenciaram na criação das políticas culturais que re-significaram os mitos da origem do povo cearense e, de uma só vez, introduziram o discurso da diferença cultural na arena estadual. Em parte,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Email: antjml@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto de Antropologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: [maxmaranhao@gmail.com](mailto:maxmaranhao@gmail.com).

<sup>3</sup> O Plano de Desenvolvimento Sustentável definiu as diretrizes do Programa de Descentralização da Administração e Gestão Participativa da SEDUC no ano de 1995, durante o segundo mandato do governo de Tasso Jereissati.

estas políticas abriram espaço para o reconhecimento de direitos específicos de determinados grupos sociais que ocupavam distintos espaços, como por exemplo, os indígenas.

Neste trabalho reconstituo historicamente a entrada dos empresários do CIC na vida política do estado, que levou Tasso Jereissati a se eleger como Governador, em 1987. Procuramos analisar a introdução do discurso do multiculturalismo no “Governo das Mudanças”. Inicialmente, nas políticas culturais do estado e como, a partir daí, o governo passou a pensar as políticas de educação voltadas aos povos indígenas no Ceará.

Charles Hale (2007), afirmou que há um *projeto cultural* no neoliberalismo, o qual pergunta: “¿En qué consiste, [...], el “proyecto cultural” del neoliberalismo”? Hale, cunhou o conceito de *multiculturalismo neoliberal* com a finalidade de analisar dois fenômenos recorrentes nos países da América Latina na década de 1990, a saber, as mobilizações dos movimentos indígenas e a adoção da doutrina neoliberal pelos países latino-americanos. O multiculturalismo neoliberal “suruiu, em parte, como uma resposta às demandas por direitos culturais dos oprimidos e excluídos” (HALE, 2007) e abriu espaços políticos para a conquista de direitos com políticas direcionadas a grupos culturalmente diferenciados, como, por exemplo, o reconhecimento identitário, participação popular, políticas de redução da pobreza. Por outro lado, e de maneira ambígua, avançou também na imposição de suas agendas políticas com a regulação dos espaços de participação indígena e normatização das diferenças culturais.

## 2. Um novo cenário político surge: os empresários do CIC

Nas eleições de 1986 a coligação Pró-Mudanças<sup>4</sup> lançou a candidatura de Tasso Jereissati ao governo do estado contra o candidato dos coronéis, o até então vice-governador, Adauto Bezerra, “assinalando o início de uma época de profundas mudanças políticas e sociais no estado”. (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 83). Segundo Barreira (2002), a candidatura de Tasso Jereissati tinha como *slogan* “governo das mudanças”, “uma construção simbólica de uma temporalidade política”, que buscava uma nova forma de governabilidade através de uma negação do passado, queria, assim, realizar a “ruptura com os coronéis”, as chamadas “forças do atraso”, e ficou conhecido como “o momento de embate entre o moderno e o tradicional” (PARENTE, 2002).

Tasso Jereissati fez parte da nova elite cearense, formada a partir de um grupo de empresários ideologicamente homogêneos, tendo seus integrantes empenhados em atividades industriais tradicionais e formada por uma maioria de empresários cearenses, identificados com os problemas sociais e econômicos do estado (ABU-EL-HAJ, 2002). Segundo Parente (2002), a formação da nova elite cearense teve início na década 1950, com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como principal instrumento de formação e socialização, difundindo um ideal desenvolvimentista e modernizador.

Com o tempo, o CIC se tornou a principal voz crítica da sociedade civil contra as elites políticas tradicionais e a sua estrutura econômica, defendeu uma economia competitiva definida por uma ética empresarial (ABU-EL-HAJ, 2002).

Em 1986 Tasso Jereissati foi eleito para o governo do estado do Ceará, tendo como seu grande projeto político, a reforma do estado, com o objetivo de resgatar a autonomia do setor público, o qual se encontrava em deterioração. Consequência da criação de postos de trabalho, criados entre 1982 e 1987, sem a realização de concursos públicos ou avaliação técnica dos empregados. De imediato, o novo governo tentou minimizar os efeitos do empreguismo no setor público e suas consequências no desempenho administrativo. (ibidem, 2002).

---

<sup>4</sup> A Coligação Pró-Mudança reunia os seguintes partidos político: PMDB, PCB, PCdoB e o PDC. (ABU-EL-HAJ, 2002)

Gondim (1995) destaca que a reforma administrativa ocorreu logo nos primeiros dias de governo, com a baixa de decretos que

[...] entre outras medidas, tomavam nulos os atos de nomeações, contratações, promoções e transferências praticados nos nove meses anteriores; eliminavam diversas gratificações e exigiam o registro de presença diária para todos os servidores, excetuando-se apenas alguns cargos de chefia e outros casos previstos em lei (GONDIM, 1995).

Dentre as reformas<sup>5</sup> que foram realizadas de forma imediata com o início do governo Jereissati, ocorreu a nomeação, através de concursos públicos<sup>6</sup>, de um quadro de técnicos para ocupar cargos administrativos, assim como, para o primeiro escalão de secretários do novo governo, na tentativa de priorizar uma qualidade administrativa e, ao mesmo tempo, ir em direção oposta às práticas clientelistas de apadrinhamento político de uma política tradicionalista. O perfil do tecnocrata ocasionou mudanças significativas no novo governo. Com formação em cursos de nível superior “esses secretários técnicos mostram [...] uma ênfase na neutralidade das ações e uma obstinação de atingir os objetivos propostos” (PARENTE, 2000).

Com relação à Secretaria de Educação, também ocorreram mudanças significativas com o intuito de realização do projeto de modernização do estado. Para a direção da secretaria foi nomeada uma secretaria com perfil técnico-político, a professora Nildes Alencar, filiada ao PMDB, em 1988, mas afastada em 1989, foi substituída por José Rosa Abreu Vale, sociólogo, que até então era secretário de Ação Social (BONFIM, 2002). Posteriormente, o cargo de secretário da Educação foi preenchido pelo ex-reitor da Universidade de Federal do Ceará (UFC), o professor Dr. Paulo Elpídio de Menezes Neto (PARENTE, 2000).

### 3. Transformações Simbólicas

Dando continuidade às iniciativas de modernização e desenvolvimento do estado do Ceará, o novo Governo iniciou uma série de mudanças que visavam o crescimento socioeconômico, criando assim uma propaganda que possuía uma mensagem positiva, a fim de atrair investimentos e capital externo, com isso, adotaram projetos de desenvolvimento direcionados a dois principais pontos: primeiro, como um atrativo de prosperidade econômica para novas indústrias que aqui se instalassem, numa tentativa de atrair capital nacional e global (FROTA & DA SILVA, 2003; TEIXEIRA JUNIOR, 2005); e segundo, mostrando o estado do Ceará e sua população dotados de uma “vocação natural” para o turismo (ARAGÃO & DANTAS, 2006).

Renzo Taddei (2006), afirma que “iniciativas de desenvolvimento econômico só são capazes de reorganizar efetivamente padrões e fluxos econômicos na medida em que operam também uma reorganização de padrões simbólicos”. No caso da propaganda turística do governo, foi construída a imagem de um Ceará moderno, desenvolvido, com um clima favorável ao turismo em grande parte do

<sup>5</sup> Segundo Abu-El-Haj (2002), mais duas importantes medidas foram realizadas: Disciplinamento cotidiano da administração pública, com o intuito de recuperar a hierarquia e o fluxo gerencial normal necessário para o funcionamento harmonioso das instituições governamentais; e recuperação das finanças públicas e da capacidade de investimento do Estado

<sup>6</sup> Segundo Sousa (2007), “A obrigatoriedade do concurso para ingresso no setor público (conferida pela Constituição Federal de 1988) facilitou o processo de moralização implementado no Estado, que passou a adotá-lo para a contratação de pessoal, eliminando assim o empreguismo e as chances de prática do nepotismo”.

ano, belas praias<sup>7</sup>, belezas naturais, rico culturalmente. O novo período de industrialização do “Governo das Mudanças” buscou atrair a iniciativa privada e novos investimentos através de uma propaganda positiva da política industrial. O governo criou mecanismos de “propaganda” que atraiu investidores interessados, o qual possuía

[...] uma característica diferenciada das outras propagandas do governo, pois foi produzida para ser veiculada fora do Estado e do País. Trata-se de um material publicitário cujo objetivo é atingir os empresários que queiram investir no Ceará, ou seja, é um comercial sobre a política industrial e de desenvolvimento local para a atração de novos investimentos para o Estado (FROTA & DA SILVA, 2003).

Segundo Frota e da Silva (2003), a propaganda política pôs em evidência a abertura econômica do estado para o investimento externo, tanto nacional quanto internacional, difundiu a ideia de uma economia integrada globalmente.

Ao mesmo tempo foram realizadas iniciativas de criação de propagandas que mostraram de forma positiva o estado do Ceará, como parte da estratégia do “Governo das Mudanças” em desenvolver o turismo. A cultura que foi veiculada à propaganda turística restringiu-se à cidade de Fortaleza, mostrou o ritmo musical “Forró” tradicional e o Centro Cultural Dragão do Mar (CDMAC) como o principal veículo governamental de acesso à cultura (ARAGÃO & DANTAS, 2006). A iniciativa de se realizar uma propaganda positiva do estado estaria focada na concentração de forças em romper com os pensamentos negativos e atrasados que conectava o estado e, ao mesmo tempo, o semi-árido nordestino, à seca, fome, miséria, etc. Segundo Taddei (2006), no Nordeste brasileiro, o sertanejo, a agricultura familiar, o subsídio e a ajuda governamental são representados como símbolos do atraso; já a indústria, o turismo, o agronegócio para exportação, a competitividade mercadológica e a auto-sustentabilidade transformam-se em símbolos da modernidade.

Segundo Teixeira Junior (2005), é na construção de um discurso do “o que é ser cearense”, que o governo passou a criar um sistema de representação da cultura local, relacionando passado, presente e futuro na produção das estratégias de divulgação e, ao mesmo tempo, de promoção do turismo local. “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político [...] é nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (MURILO DE CARVALHO, 1998 *apud* TEIXEIRA JUNIOR, 2005).

### 3.1 As Políticas Culturais no Governo das Mudanças

Definir o conceito de política cultural não poderia se limitar em uma mera descrição de atividade administrativa, pois, quando se fala em política cultural entende-se como o “[...] conjunto de ideias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (BARBALHO, 2008). Segundo Barbalho (2008 *apud* MAIA CRUZ & RODRIGUES, 2009), o conceito de políticas culturais, por restringir-se simplesmente a descrever simples tarefas administrativas sofreu diversas críticas. As críticas partem do sentido que tal conceito de política cultural estaria mais próximo do conceito de “gestão cultural”, algo como um conjunto de regras e instrumentos direcionado ao setor da cultura.

---

<sup>7</sup> Segundo Gondim (2009), “Fortaleza foi apresentada na mídia e mesmo em documentos oficiais como “a Miami do Nordeste” ou “a capital do Caribe brasileiro””.

As políticas culturais trouxeram ao centro da discussão os símbolos que representam a essência do povo cearense, na edificação de uma identidade, mais precisamente: “o que é ser cearense”. Esses símbolos foram usados para moldar o discurso de progresso, desenvolvimento e modernidade dos governos, mantendo sempre uma relação entre o que é tradicional e moderno, entre o passado e o presente. Sendo assim, ocorre a

“re-invenção da tradição”, atualização ou re-significação do *mito fundacional*, calcado na unidade cultural, na mestiçagem e no atraso em face dos rumos da política de desenvolvimento brasileira (TEIXEIRA JUNIOR, 2005, *itálico no original*).

Com a finalidade de dar continuidade às políticas culturais que pretendiam ampliar o desenvolvimento econômico local através do crescimento do turismo, instituindo ao estado imagem uma moderna, através da afirmação de símbolos da cultura local (BARBALHO, 2003), durante o mandato de Ciro Gomes (1991 - 1994) foi idealizado o projeto do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), mas só realizado durante o segundo mandato de Tasso (1995 - 1998).

A arquitetura do Centro Cultural é consistente com o ambicioso projeto político de tornar Fortaleza uma cidade global, projetando-a pelo seu papel no circuito produtor, distribuidor e consumidor da cultura (Estado do Ceará, 1995 *apud* GONDIM, 1995).

Seu nome, “Dragão do Mar”, foi uma homenagem ao jangadeiro Francisco José do Nascimento<sup>8</sup>, herói cearense mitológico que liderou o movimento dos jangadeiros que se negaram a embarcar escravos que se encontravam no Ceará para os navios que se localizavam na costa, os quais os levariam para outros estados da província. Por liderar tal movimento o jangadeiro Francisco José do Nascimento foi levado ao Rio de Janeiro pelo Movimento Abolicionista onde foi homenageado. Por tal feito, a imprensa começou a chamá-lo de “Dragão do Mar”, alusão ao ser de grande força e sabedoria (*id*, 2009). O CDMAC foi construído estrategicamente na Praia de Iracema<sup>9</sup>, pois ali era o local onde o jangadeiro “Dragão do Mar” guardava sua jangada em um galpão. O nome Praia de Iracema também remete a outro símbolo mitológico da cultura cearense, a Índia Iracema, a “virgem dos lábios de mel”, saída dos contos de José de Alencar<sup>10</sup>. No romance do escritor, é retratado o mito da origem do povo cearense, temos a Índia Iracema que casa-se com Martin Soares Moreno, e dessa união entre a jovem tabajara e o colonizador, nasce Moacir – “o nascido do meu sofrimento” (ALENCAR, 2000). A idealização e construção do CDMAC e a reforma e revitalização da Praia de Iracema surgiram como políticas culturais de estado que pautou as ações do governo na área cultural com a finalidade de valorizar a identidade cultural do cearense, re-produzindo a mitologia local, no caso, o mito da “mãe” de todos os cearenses, a Índia Iracema.

<sup>8</sup> De início Francisco José do Nascimento era conhecido como “Chico da Matilde”, apelido dado por conta do nome de sua mãe. (GONDIM, 2009)

<sup>9</sup> Assim como ocorreu com o Francisco José do Nascimento, o “Chico da Matilde”, que a partir da imprensa ficou conhecido por “Dragão do Mar”, a Praia de Iracema, até o início do século XX era conhecida como “praia do peixe”, mas por se tratar de uma denominação corriqueira, a imprensa propõe a mudança do nome para fazer uma homenagem a José de Alencar e, ao mesmo tempo, reforçar o mito da origem do povo cearense. (SCHRAMM, 2001 *apud* GONDIM, 2009).

<sup>10</sup> Antes do romance de José de Alencar, não existia nenhuma lenda sobre Iracema; entretanto, ao longo do tempo, a ficção alencarina foi aceita como mito de origem do Ceará (MONTENEGRO, 1983; LINHARES, 1992 *apud* GONDIM, 2009)

A partir das políticas culturais, que se originaram no “Governo das Mudanças”, podemos perceber o discurso do multiculturalismo presente na agenda política do estado, através de suas ações moldadas durante o segundo governo de Tasso Jereissati, com a re-invenção dos seus principais mitos e símbolos.

[...] trata-se de uma estratégia política poderosa que retrabalha aspectos deste sistema de representação cultural, amalgamando os anseios, as esperanças, os medos, e os mitos de origem da população cearense (TEIXEIRA JUNIOR, 2005).

O crescimento na discussão, originada pelo governo que alegou o estado como sendo composto por uma pluralidade de práticas e expressões culturais, afirmou a necessidade de se pensar o estado como composto por uma pluralidade cultural, isto é, declaração oficial da constituição de um estado multicultural. (BARBALHO, 2008; MAIA, 2008)

### **3. Políticas de Educação Indígena no Ceará**

Os documentos oficiais da política de educação indígena tomam nova configuração no Ceará na década de 1990, em que uma série de ações foram postas em prática por técnicos da Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC), como: censo escolar, cursos de formação de professores, elaboração de material didático e contratação de professores indígenas. As primeiras menções referentes à educação indígena as tratavam como “educação especial” destinada a crianças, jovens e adultos com algum tipo de carência de aprendizagem ou em processo de inclusão educacional designado às populações carente economicamente. Foi comum encontrar discurso de “conservação da cultura” e respeito as especificidades dos povos indígenas. A inclusão da educação indígena nos discursos das políticas governamentais permitiu que as escolas recebessem verbas para melhoria logística, pagamento dos funcionários e confecção de material específico para cada etnia.

A SEDUC propôs o projeto: *Reafirmando a cultura do índio Cearense*, que direcionou as atividades relacionadas às escolas indígenas e ao curso de formação de professores indígenas proposto pela instituição.

O projeto tinha por objetivos: 1) desenvolver uma educação escolar indígena que reconhecesse o direito à diferença e preservasse as organizações sociais, costumes, crenças e tradições próprias das populações indígenas; e, 2) construir uma escola que seja um espaço positivo de reconstrução da identidade indígena, formando educadores que assumam o papel de pesquisador de suas próprias culturas e se tornem os professores e gestores de seu sistema escolar (LIMA, 2009, p. 77).

Com as propostas a SEDUC deu início ao primeiro curso de formação docente do estado. Com a propósito de dar maior autonomia às comunidades indígenas que buscavam formas de manutenção, produção e reprodução de seus conhecimentos culturais Apesar da iniciativa houve grupos que discordaram de certos aspectos do curso, como a limitação do número de vagas por etnia, a organização de turmas segundo o grau de escolaridade, etc. Com as desistências de alguns professores que, posteriormente, articularam-se com outras etnias, órgãos governamentais, universidade, etc. outros

curso de formação docente começaram a surgir. Surgiu no estado, inicialmente, três (03) cursos de formação docente:

O primeiro, Magistério Indígena Tremembé, ligado a Universidade Federal do Ceará (UFC), realizou-se junto aos índios Tremembé de Almofala (Itarema). O Curso de Formação de Professores Indígenas, organizado pela SEDUC, por sua vez, envolve as etnias Potiguara (Crateús, Tamboril, Monsenhor Tabosa), Tabajara (Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga), Kanindé (Baturité e Canindé), Kariri (Crateús), parte do Jenipapo-Kanindé (Aquiraz) e Tremembé do Córrego do João Pereira (Acarau). Finalmente o Curso de Magistério Indígena Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, ligado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), envolveu os Tapeba (Caucaia), os Pitaguary (Maracanaú) e parte dos Jenipapo-Kanindé (Aquiraz) (NASCIMENTO, 2006, p. 15).

Dois grupos de articulação se formaram, o grupo dos índios “reconhecidos”, buscou apoio às reivindicações junto à FUNAI. Por possuir o “poder de reconhecer” as etnias, atraía grupos que viam neste órgão uma garantia de apoio financeiro e uma segurança na luta por reconhecimento do território indígena; e o grupo dos índios “não-reconhecidos” que teve o apoio da SEDUC. Segundo Lima,

[...] é possível afirmar que, diante da morosidade e ineficiência do Poder Público em dar assistência aos indígenas, a atuação da SEDUC é vista por alguns como positiva e até pioneira, pois, antes mesmo de a FUNAI reconhecer a existência de muitos dos grupos indígenas cearenses, a SEDUC já assumia entre estes a implementação de escolas diferenciadas, dando, dessa forma, o seu reconhecimento (LIMA, 2009, p. 77).

A configuração do curso possibilitou a circulação de técnicos de outros estados que difundiram conhecimentos sobre os direitos indígenas. Nas aulas ministradas, ocorreu a circulação entre os professores documentos oficiais sobre educação, ensinaram a respeito da elaboração de currículos diferenciados, foi apresentado aos professores o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RNCEI)<sup>11</sup>. Os professores tiveram a oportunidade de conhecer a Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Art. 78). Os indígenas também tomaram conhecimento da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – aprovada em 2002 pelo Congresso Nacional - que definiu a “consciência de sua identidade indígena ou tribal (...) como critério fundamental para determinar” se um grupo era indígena (AIRES, 2012).

## 5. Considerações Finais

Os elementos expostos nos levam a compreender como surgiu o discurso do multiculturalismo nas políticas do estado após a entrada em cena dos políticos-empresários do CIC e como moldaram os discursos e ações governamentais no “Governo das Mudanças”, liderado por Tasso Jereissati; de como uma lógica empresarial centrada no desenvolvimento socioeconômico modelou a criação das políticas

<sup>11</sup> Ver Collet (2001); a autora realiza pesquisa sobre o discurso da interculturalidade no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, o qual baliza a política educacional para os povos indígenas.

na área da indústria e do turismo local, além disso, como tais ações influenciaram na criação das políticas culturais, com a “re-significação” dos mitos da origem do povo cearense, no caso o mito da Índia Iracema, e, de uma só vez, afirmado o estado como sendo composto por uma ideal multiculturalista.

A inclusão da educação indígena no discurso oficial das políticas de educação permitiu que as escolas recebessem verbas para melhoria logística e pagamento dos funcionários, assim como a confecção de material específico para cada etnia. Embora a inclusão da Educação Indígena nos discursos dos documentos oficiais tenha ocasionado o acesso a programas de apoio a educação, parece que muito ainda deve ser conquistado. A atuação da Secretaria de Educação Básica (SEDUC) junto aos povos indígenas foi importante, principalmente na assistência aos povos “não-reconhecidos”.

### **Bibliográfica**

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. (org.). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. V.1.

AIRES, Max Maranhão Piorsky (org.). Escolas Indígenas e políticas interculturais no nordeste brasileiro. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

\_\_\_\_\_. Legalizing Indigenous Identities: The Tapeba Struggle for Land and Schools in Caucaia, Brazil In. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Vol. 17, No. 2, pp. 320–340. 2012.

ALENCAR, José. Iracema. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ARAGÃO, Raimundo Freitas; DANTAS, Eustógio Wanderley C. Elaboração da imagem turística do Ceará: entre publicidade turística e propaganda política. *Geosul*, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 45-62, jul./dez. 2006.

BARBALHO, Alexandre. Espetacularização da Cultura nos “Governos das Mudanças”. O público e o privado - Nº2 - Julho/Dezembro - 2003

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamentos, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. (org.). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. V.1.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. (org.). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. V.1.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. (org.). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. V.1.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. Quero progresso sendo índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2001.

FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andréa Luz da. Mass Média e Política Industria no Ceará. O público e o privado, nº 1, p. 221-240, Janeiro/Junho - 2003

GONDIM, Linda M. P. Os "Governos das Mudanças" no Ceará: um populismo weberiano? In: XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). 1995. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7654&Itemid=362](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7654&Itemid=362)> Acesso em 04 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. O dragão e a cidade: lendas do Ceará. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO, v.2, n.2, p.13-23, jul/dez de 2009.

HALE, Charles R. ¿Puede el multiculturalismo ser una amenaza? Gobernanza, derechos culturales y política de la identidad en Guatemala In: LAGOS, María L.; CALLAS, Pamela (org.). Antropología del Estado: Dominación y prácticas contestatarias en América Latina. La Paz: INDH/PNUD, 2007.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. A Educação diferenciada como mediadora do processo de emergência étnica: o caso Potiguara da Serra das Matas. In: AIRES, Max Maranhão Piorsky (org.). Escolas Indígenas e políticas interculturais no nordeste brasileiro. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

MAIA CRUZ, Danielle; RODRIGUES, Lea Carvalho. Políticas culturais e formulações identitárias na atual gestão municipal de Fortaleza. In: Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), VIII, 2009, Buenos Aires. Anais Eletrônicos. Disponível em: <[http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2039%20%E2%80%93%20Pol%C3%ADticas%20Culturales%20e%20Identidades/GT%2039%20-%20Ponencia%20%20\[Maia-Carvalho\].pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2039%20%E2%80%93%20Pol%C3%ADticas%20Culturales%20e%20Identidades/GT%2039%20-%20Ponencia%20%20[Maia-Carvalho].pdf)>. Acesso em: 10 Fev. 2012.

MAIA CRUZ, Danielle. Sentidos e significados da negritude no maracatu Nação Iracema. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. Educação escolar dos índios: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRN, Natal, 2006.

PARENTE, Josênio. O Ceará e a modernidade. In: In: \_\_\_\_\_; ARRUDA, José Maria. (org.). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. V.1.

\_\_\_\_\_. A Fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Edições UFC;UVA, 2000

SOUSA, Fernando José Pires de. Transformações Políticas e Institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007

SOUZA LIMA, A. C. & MACEDO E CASTRO, J. P. “Política(s) pública(s)”. In: SANSONE, L. & PINHO, O. (eds). Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador; Brasília: EdUFBA; ABA. 2008.

TADDEI, Renzo. Oráculos da Chuva em Tempos Modernos: mídia, desenvolvimento econômico e as transformações na identidade social dos profetas do sertão. In: MARTINS, Karla (org.). **Profetas da Chuva**. Fortaleza: Tempo D’Imagem, 2006

TEIXEIRA JÚNIOR, Antônio Mendes. As Modernidades no Brasil e o discurso do "governo das mudanças": o que significa "terra da gente"? Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005